

NOTA TÉCNICA Nº 35/2021

Brasília, 18 de outubro de 2021.

ÁREA: Saúde e Jurídico.

TÍTULO: Modelo de Decreto Municipal para comprovante da vacinação contra Covid-19.

REFERÊNCIA(S): Leis federais nº 13.979/2020, Portaria GM/ MS nº 188/2020.e nº 8.080/ 1990.

PALAVRAS-CHAVE: covid-19, vacinação, comprovação, passaporte da vacina.

Esta nota técnica apresenta um Modelo de Decreto para instituição municipal do Passaporte da Vacina. A medida condiciona o acesso a determinados espaços à comprovação da vacinação contra a covid-19. A referida minuta está fundamentada na Lei 13.979/2020 que trouxe as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

CARTA AO PREFEITO (A)

Prezado Prefeito (a)

A Confederação Nacional de Municípios (CNM), encaminha, em anexo, minuta de decreto para que Vossa Excelência avalie a possibilidade de instituir a prévia necessidade de comprovação de vacinação contra a COVID-19 para o acesso e a permanência no interior de estabelecimentos e locais de uso coletivo em seu município.

Esta medida - que vem sendo denominada “Passaporte da Vacina” - restringe o acesso de nossos concidadãos a determinados espaços, porém, reputamos justificada tal excepcionalidade considerando o grave momento pelo qual passamos.

Nosso papel enquanto a maior entidade de representação de municípios do Brasil não é impor nenhuma regra e tão pouco decidir qual a melhor medida a ser adotada pelos nossos Prefeitos e Prefeitas.

No entanto, tendo em vista o interesse maior de sua comunidade, não podemos nos omitir e deixar sem amparo aquelas gestões que pretendem adotar práticas de cuidado sócio-sanitárias.

A minuta referida está fundamentada na Lei 13.979/2020 que trouxe as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Dentre elas, previu a possibilidade de exigência de obrigatoriedade da vacina e outras iniciativas correlatas e aí se insere o “Passaporte da Vacina”.

Assim, disponibilizamos a minuta de Decreto, anexa, que não dispensa análise pela área jurídica do município que poderá modificá-la quanto à forma ou conteúdo tendo em vista peculiaridades da legislação local.



Paulo Ziulkoski

MINUTA DE DECRETO
SUGESTÃO DA ÁREA JURÍDICA DA CNM

DECRETO Nº _____, DE ____ DE _____ DE 2021.

Dispõe como medida sanitária de caráter excepcional, sobre a obrigatoriedade de comprovação da vacinação contra COVID-19, para o acesso e a permanência nos estabelecimentos e locais que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. _____, incisos _____, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o princípio da precaução e a necessidade de conter a disseminação da COVID-19, de garantir o adequado funcionamento dos serviços de saúde e de preservação da saúde pública;

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece em seu inciso III, alínea “d”, do art. 3º, que para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19, as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, entre outras, a determinação de realização compulsória de vacinação e outras medidas profiláticas;

CONSIDERANDO que o inciso III, alínea “d”, do art. 3º da Lei federal nº 13.979, de 2020, permanece em vigor por força da decisão proferida na ADI 6.625, pelo Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO o parágrafo 1º do Art. 2º da Lei Federal nº 8.080 de 1990, que indica que o dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO que os direitos à vida e à saúde contemplados nos artigos 5º, 6º e 196 da Constituição Federal devem prevalecer; e,

DECRETA:

Art. 1º Ficam condicionados, a partir de 1º de setembro de 2021, à prévia comprovação de vacinação contra a COVID-19, como medida de interesse sanitário de caráter excepcional, o acesso e a permanência no interior de estabelecimentos e locais de uso coletivo.

§1º A vacinação a ser comprovada corresponderá a 1ª dose, a 2ª dose ou a dose única, em razão do cronograma instituído pela Secretaria Municipal de Saúde.

§2º As condições previstas no caput se aplicam aos seguintes estabelecimentos e locais de uso coletivo:

I - academias de ginástica, piscinas, centros de treinamento e de condicionamento físico e clubes sociais;

II - estádios e ginásios esportivos;

III - cinemas, teatros, salas de concerto, salões de jogos, circos, recreação infantil e pistas de patinação;

IV - atividades de entretenimento, exceto quando expressamente vedadas;

V - locais de visitação turísticas, museus, galerias e exposições de arte, parques de diversões, parques temáticos, parques aquáticos, apresentações e drive-in;

VI - conferências, convenções e feiras comerciais.

Art. 2º Caberá aos estabelecimentos nominados no §2º, do art. 1º, do presente Decreto, a adoção das providências necessárias:

I - ao controle de entrada de cada indivíduo nas suas dependências, mediante apresentação de comprovante vacinal juntamente com documento de identidade com foto;

II - à manutenção dos acessos às suas dependências livre de tumultos e aglomerações; e,

III - ao cumprimento das medidas de proteção à vida aplicáveis ao tipo de estabelecimento e de acordo com a sua localização.

Art. 3º Serão considerados válidos para os fins comprobatórios de vacinação contra a COVID-19, as anotações constantes dos seguintes documentos oficiais:

I - certificado de vacinas digital, disponível na plataforma do Sistema Único de Saúde - Conecte SUS;

II - comprovante/caderneta/cartão de vacinação em impresso em papel timbrado, emitido no momento da vacinação pela Secretária Municipal de Saúde, Institutos de pesquisa, clínica, ou outras instituições governamentais nacionais ou estrangeiras.

Art. 4º A produção, utilização ou comercialização de documentação comprobatória falsificada de vacinação contra a COVID-19, bem como a adulteração do documento verdadeiro, seu uso ou comercialização, sujeitarão o infrator à responsabilização administrativa, sem prejuízo das sanções nas esferas civil e penal, na forma da lei.

Art. 5º Incumbe às autoridades sanitárias do Município a fiscalização quanto ao cumprimento do disposto no presente Decreto.

Art. 6º A inobservância às disposições previstas neste regulamento ensejará a aplicação de penalidades previstas na legislação municipal de acordo com o caso concreto.

Parágrafo único. As sanções aplicáveis na esfera administrativa não afastam a responsabilização criminal, na forma do art. 268 do Código Penal.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

_____, em _____, de _____ de _____.

Prefeito(a)

Registre-se e publique-se.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal nº 13.979/2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Acessada em 10 de outubro de 2021, disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>

BRASIL. Lei Federal nº 8.080/1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Acessada em 10 de outubro de 2021, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm

BRASIL. Portaria GM/ MS nº 188/2020. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Acessada em 10 de outubro de 2021, disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>